

BREVE HISTÓRIA DO PAPEL MOEDA

A nível mundial, o primeiro papel moeda surgiu na China, no séc. VII, na dinastia Tang, para facilitar aos comerciantes o transporte de grandes quantidades de moeda de metal, de baixo valor.

O Museu do Papel Moeda da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, no Porto, possui um exemplar de uma nota chinesa da dinastia Ming 1368-1699. Esta nota valia 100 moedas de bronze usadas no dia a dia, que pesavam 3,5 Kg.



Nota Chinesa

Na Europa, o primeiro banco, é o Banco de Estocolmo que surge na Suécia em 1656. Depois, segue-se o Banco de Inglaterra em 1694 e o Banco de França em 1700.

O primeiro banco português nasce, não no continente, mas no Brasil, em 1808, no reinado de D. João VI. Este estranho facto relaciona-se com a partida da corte para o Brasil, devido às invasões napoleónicas.

Em Portugal, D. Maria I sobe ao trono em 1777, por morte de D. José I, seu pai. Casou com seu tio, o Infante D. Pedro, e tinha uma relação de grande inimizade com o Marquês de Pombal. O governo de D. Maria I fomentou o comércio e a indústria, incentivou as Artes e as Ciências. D. Maria I fundou a Casa Pia de Lisboa e mandou edificar a Basílica da Estrela.



Rainha D. Maria I

O papel moeda aparece em Portugal em 1796, no reinado de D. Maria I. A decadência da exploração das minas de ouro do Brasil e o aumento dos encargos do Estado estiveram na origem do aparecimento do papel moeda.

Portugal, saído da guerra do Roussillon, via-se a braços com uma forte crise económica.

Para resolver a situação, a rainha D. Maria assina um alvará em 1796, a autorizar um empréstimo de 10 milhões de cruzados. Como garantia, o Tesouro Real emitiu as “**Apólices do Real Erário**”, que venciam juros de 5% a 6% ao ano.

Dado que, a partir de certa altura tiveram curso forçado há quem considere que se trataram de verdadeiras notas.

Assim, surgem as Apólices do Real Erário, documentos que se evidenciam pela riqueza dos desenhos, que geralmente fazem alusão a **actividades agrícolas**. As Apólices do Real Erário também **apresentam cenas bucólicas**, protagonizadas por crianças ou pequenos génios alados.



Apólice do Real Erário

As quatro vinhetas ilustram as principais **atividades económicas** do país: o cultivo dos campos, cujas colheitas se acondicionam já para o comércio; a pecuária, com o bucólico pormenor da ordenha; a pesca, numa paisagem marinha povoada de homens que arrastam uma grande rede; e, por fim, a manufactura têxtil, representada por um calmo interior de oficina onde uma mulher fia.

Em 1797, o dinheiro contava-se em “**REIS**”.

Existiam apólices no valor de:

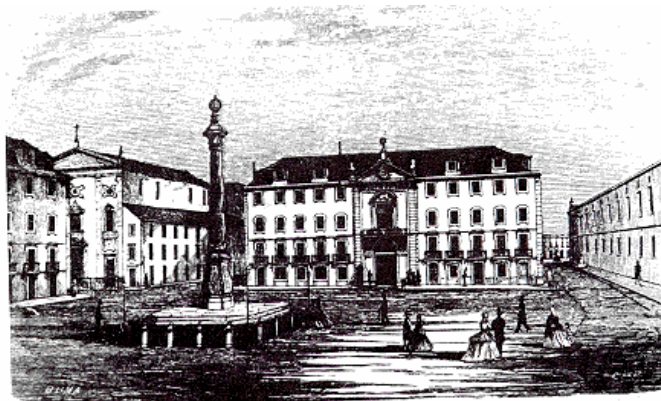
10\$000 reis; 5\$000 reis; 20\$000 reis; 2\$400 reis, 1\$200 reis; 6\$400 reis e 12\$800 reis.

Em 1808, devido às invasões francesas a corte portuguesa parte para o Brasil. Foi durante a permanência da corte no Brasil, que D. João VI cria o primeiro banco em 1808. Criou, igualmente, várias escolas e academias, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, a Casa da Moeda, o Museu Real e o Observatório Astronómico, entre outras coisas.

Em 1821, D. João VI regressa a Portugal e funda o primeiro banco português em território continental – o

Banco de Lisboa. Este é criado **com funções comerciais e emissoras**.

A primeira nota no continente é, pois, emitida pelo “**Banco de Lisboa**”.



Banco de Lisboa

O papel utilizado no fabrico das primeiras notas foi fornecido pela fábrica de Alenquer, passando depois a ser comprado em Inglaterra.

O monopólio de emissão de notas que o Banco de Lisboa detinha vai ser quebrado em 1835 pelo Banco Comercial do Porto, que conseguiu autorização para emitir notas bancárias, surgindo posteriormente outros Bancos Emissores no Norte, tais como o Banco Aliança, o Banco Comercial de Braga, o Banco União do Porto e o Banco do Minho.

De facto, a pluralidade de emissores de notas representava alguma dificuldade ao exercício de um controlo geral da emissão das notas e até mesmo alguma complexidade.

D. Maria II sobe ao trono em 1834. Das principais medidas tomadas pelo seu governo salienta-se a introdução da máquina a vapor na indústria, a obrigatoriedade da instrução primária e a introdução do sistema decimal monetário.



D. Maria II

O Banco de Portugal vai surgir, em 1846, da fusão do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança Nacional. O Banco de Portugal começou por ser apenas mais um banco, sem o monopólio da emissão de notas. Desde o início da sua actividade que se tornou num dos principais credores do Estado e, em 1887, chegou mesmo a ser autorizado o estabelecimento de um acordo que lhe concedia as funções de banqueiro do Estado e de caixa geral do tesouro. A partir desta altura, o Banco de Portugal tinha a faculdade de emitir notas, com curso legal, pagáveis à vista e ao portador e representativas de moedas de ouro. Abandonava-se o princípio da pluralidade de bancos emissores e o Banco de Portugal inicia o processo de abertura de agências em todas as capitais de distrito.

As primeiras notas do Banco de Portugal eram como que a continuação das do Banco de Lisboa. Impressas a uma só cor, sobre fundo branco, muitos fáceis de imitar. Até a marca era do Banco de Lisboa.

D. Luís I ficou conhecido como o rei numismata. Foi ele que a 16 de Maio de 1864 assinou o decreto que criou o Banco Nacional Ultramarino, cujo primeiro presidente foi Francisco de Oliveira Chamiço.

O Banco Nacional Ultramarino, criado em 1864, foi um dos principais responsáveis pela harmonização do sistema monetário nas colónias portuguesas. Após as primeiras notas emitidas pelas Fazendas locais, o B.N.U. ficou com o estatuto de banco emissor para as colónias. Foram também as potencialidades económicas e a cobiça de outros países por aqueles territórios que levaram as autoridades portuguesas a centralizar a emissão fiduciária.



Símbolo do Banco Nacional Ultramarino

As primeiras notas emitidas para circular em todos os territórios ultramarinos portugueses foram manuscritas (à exceção de Guiné e Timor). Em Março de 1909 são uniformizadas as emissões para as cinco colónias de África, com a efígie do navegador Vasco da Gama. A partir desta altura as notas passaram a ter os mesmos valores, sendo apenas diferentes nas cores e indicação da província. Chama-se a esta emissão comum a todas as províncias “**Emissão Vasco da Gama**”.



Nota do B.N.U. com a efígie de Vasco da Gama

A primeira grande revolução do século XX, em Portugal, foi a que levou à queda da monarquia e à implantação da República, em 5 de Outubro de 1910. O primeiro Presidente da República foi Manuel de Arriaga.

Neste período, inicia-se a recuperação económica e cultural do país. Mas a aplicação do programa republicano encontrou algumas dificuldades: reacções da Igreja, dos monárquicos e das forças conservadoras e o descontentamento dos operários, dos rurais e das classes médias, o que provocou grande instabilidade.

Exigia-se a intervenção do exército para restaurar a ordem. No dia 28 de Maio de 1926, as tropas comandadas por Gomes da Costa, derrubaram o governo e instauraram a ditadura militar (1926-33).

A Implantação da República deu lugar a que se cunhassem novas moedas, mas sem interromper o sistema decimal. Remodelou-se o sistema monetário, impondo-se o escudo como unidade monetária, em substituição do real.

A partir de 1910, da instauração da República, a unidade monetária é, pois, o escudo.

Durante um período de quase 20 anos, as notas de reis circularam simultaneamente com as de escudos, levando apenas a sobrecarga REPÚBLICA inscrita (havia notas de 500 mil, 2500 reis e 5000 reis e de 10 mil, 20 mil, 50 mil e 100 mil reis).

O escudo esteve para se chamar LUSO. Chegou mesmo a haver maquetas com a inscrição LUZO.

O nome de escudo prende-se com o início do segundo dinastia: foi D. Duarte que mandou cunhar os primeiros “escudo”, assim se chamava essa moeda, porque apresentava na face o escudo das quinas coroado.

A primeira nota (de 5 escudos) tem a data de 13 de Julho de 1913, mas começou a circular só em 1914. Nela figura Alexandre Herculano.



5 escudos

Em 1914, o Banco de Portugal emitiu notas no valor de: 50 centavos, 1 escudo, 2 escudos e 50 centavos, 5 escudos, 10 escudos, 20 escudos e 50 escudos.



1 escudo



2 escudos e 50 centavos

Os anos que decorreram desde a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) até aos anos 80 constituíram um período importante da História de Portugal.

Ao contrário de outros países europeus, a guerra não trouxe a queda da ditadura. As colónias portuguesas não obtiveram a independência. A guerra colonial arrastou-se por muitos e longos anos e provocou inúmeras vítimas.

O 25 de Abril de 1974 trouxe a democracia, a descolonização e um desafio enorme ao povo português: a recuperação do atraso económico e social em relação à Europa.

A última emissão de notas em escudos é de Maio de 1996 e foi feita para comemorar os Descobrimentos Portugueses e os 150 anos de emissão do Banco de Portugal. Foram emitidas notas de:

- 500\$00
- 1.000\$00
- 2.000\$00
- 5.000\$00
- 10.000\$00

Com a adesão à moeda única, o Euro, em 1999 e a entrada de Portugal na União Europeia, desaparecem os escudos portugueses.

Há como que um regresso ao tempo dos romanos em que uma única moeda circulava por todo o império.

A 1 de Janeiro de 2002, Portugal, como todos os países da Zona Euro passou a fazer contas em euros, sendo que o seu valor foi fixado em 200.482 escudos. **Portanto, a partir de 2002 a nova unidade monetária é o Euro.**

EXISTEM 8 MOEDAS EM EUROS: 2 Euros; 1 Euro; 50 cêntimos; 20 cêntimos; 10 cêntimos; 5 cêntimos; 2 cêntimos e 1 cêntimo.

SÃO 7 AS NOTAS EM EUROS: 500 Euros; 200 Euros; 100 Euros; 50 Euros; 20 Euros; 10 Euros e 5 Euros.

O Banco de Portugal não emite notas de 200 e 500 euros por serem valores muito elevados.

OUTROS PAPEIS FIDUCIÁRIOS

O Papel Selado é um dos mais antigos documentos existentes no Museu. Foi criado oficialmente por alvará de 24 de Dezembro de **1660** e promulgado por D. Afonso VI. O papel selado foi sempre uma preciosa fonte de rendimentos, quer para a Monarquia quer para a República, com uma existência de mais de 300 anos. Foi extinto por decreto-lei do Ministério das Finanças em 1986.

Uma das estratégias adotadas para o desenvolvimento da economia, no século XVIII, foi a formação de Companhias que detinham a maior parte do comércio com as colónias portuguesas. Foi no âmbito da criação destas companhias que surgiram em Portugal as **Acções**, ou seja, títulos representativos da participação que os sócios têm no capital de uma sociedade.

A lotaria começou, pela primeira vez, a ser utilizada em Itália, em 1448, no comércio, como meio de venda de produtos em cidades como Veneza, Florença e Génova. As suas receitas terão sido também utilizadas na construção da Basílica de S. Pedro, no Vaticano. Em 1539, a lotaria é introduzida em França, em 1470 na Alemanha, em 1568 em Inglaterra e em 1763 em Espanha.

Em Portugal, foi com o Infante D. Pedro que, por carta régia de 4 de Maio de 1688, foi criada a lotaria, com o objetivo de arrecadar receitas para as operações financeiras.

Em 1783, perante as dificuldades económicas da Santa Casa da Misericórdia, a rainha D. Maria I concedeu-lhe autorização para organizar a lotaria, estatuto que mantém até aos nossos dias.

As primeiras lotarias que se realizaram em Portugal tinham o nome de lotarias Reais e só a partir de 1805 é que passaram a chamar-se Nacionais.

Em 1798 uma extração da lotaria demorava 34 dias, a quatro horas por dia. Era feita com papelinhos dobrados que saíam de duas esferas rolantes, guardadas durante a noite por sentinelas. Como simples curiosidade, na primeira lotaria ordinária de 1925 o prémio foi de 400 contos, enquanto que, em 1918 o prémio maior era de 20 contos e o segundo de dois contos. Em 1936, os lucros líquidos distribuídos pela Lotaria Nacional foram superiores a 29 mil contos.

No Museu do Papel Moeda também existem **cédulas**. Cédula é a designação dada ao documento de papel representativo de dinheiro de pequeno valor, considerado como “dinheiro de trocos”, geralmente

convertível em metais pobres como bronze ou cobre. A este tipo de dinheiro de papel é também dado o nome de “dinheiro de necessidade” ou “dinheiro de emergência”, uma vez que foi utilizado apenas em situações de crises temporárias e de escassez de metal. Em Portugal, podemos dizer que, houve dois grandes períodos de emissão de cédulas, bem diferentes, o período anterior à 1ª Grande Guerra Mundial, e um outro no final da mesma guerra (1917-1922).

As cédulas de 1891, emitidas pela Casa da Moeda (tinham o valor de 10 centavos - bronze), surgiram face à grave crise económica, à conseqüente falta de moedas de ouro e, sobretudo, às de prata que asseguravam baixos valores de 50 a 1.000 reis.

No segundo período, após a Primeira Guerra Mundial, dada a falta de metais, particularmente cobre e bronze, ocasionado pela guerra, essas moedas eram açambarcadas ou utilizadas em actividades industriais. Por esse motivo, aparecem as cédulas da Casa da Moeda de 5 e 10 centavos e, embora formalmente proibidas, aparecem cédulas emitidas por numerosas Câmaras Municipais e variadíssimas entidades e empresas particulares e até por alguns organismos do Estado com valores entre 1 e 10 centavos.



Cédula da Câmara Municipal do Porto